

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

Senhores Acionistas, Apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2011. Os valores apresentados no balanço geral representam a situação da Sociedade no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

ATIVO	Nota	31/12/11		31/12/10	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.985	7.867		
Contas a receber de clientes e outros	5	5.981	5.666		
Títulos e valores mobiliários	6	229	-		
Impostos e contribuições a recuperar	7	54	46		
Estoques	1	-	-		
Despesas pagas antecipadamente	212	429	-		
Serviços em curso	8	-	-		
Desativações em curso	8	7.514	-		
Outros ativos circulantes	933	1.091	-		
TOTAL DO CIRCULANTE		19.917	15.099		
NÃO CIRCULANTE					
Coligadas e controladas	23	3	-		
Fundos vinculados	9	8.777	8.702		
Imobilizado	10	274.838	286.347		
Intangível	11	703	848		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		284.321	295.897		
TOTAL DO ATIVO		304.238	310.996		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

1 Contexto Operacional

A BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("BAGUARI I") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Neoenergia e constituída em 11 de janeiro de 2006, como uma companhia de capital fechado, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51%, e onde também participa o CPC (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no Estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 80,02 MW médios. A administração da Companhia autoriza a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 7 de fevereiro de 2012.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da mensuração do uso de bem público. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social correntes
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrado diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2.5 - Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos são compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais e hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente do valor a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda. Ativos financeiros são reconhecidos ao valor justo, exceto no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.
a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
• Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.
• Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos os custos de transação do custo inicial do instrumento.
Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.
b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresenta nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.
• Empréstimos e financiamentos
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo termo, os investimentos mantidos até o vencimento, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.
2.7 - Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.
2.8 - Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.
2.9 - Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão reconhecidos ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.
2.10 - Investimentos
Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.
2.11 - Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxa que levam em consideração a vida útil efetiva do bem.
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.
2.12 - Intangível
Compreende o direito de uso do bem público, faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema.
É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
2.13 - Uso de Bem-Público
Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente à taxa implícita do projeto.

2.14 - Taxas regulatórias
Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
O estado de Minas Gerais prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

c) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CFURH é um percentual que as concessionárias e presas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.
2.15 - Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICP 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.
A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 6.496, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

2.16 - Demais direitos e obrigações
Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.17 - Reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010
As demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, originalmente concluídas em 15 de janeiro de 2011, estão sendo reapresentadas em razão da identificação, após a sua conclusão, de registros contábeis não classificados corretamente, cujos ajustes foram efetuados conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Correção de Erro. O ajuste efetuado, no montante de R\$ 3.077, refere-se ao ajuste do cálculo a valor presente do passivo para o uso de bem público da concessão de serviço público, cujos efeitos estão descritos a seguir:

	31/12/10	Efeitos	31/12/10
(Aparentado - Não auditado)			(Reapresentado)
Ativo			
Ativo Circulante	15.099	-	15.099
Ativo Não Circulante	295.897	-	295.897
Total	310.996		310.996
Passivo			
Passivo Circulante	17.403	-	17.403
Concessão do Serviço Público	256	-	256
Passivo não Circulante	202.061	(3.077)	198.984
Concessão do Serviço Público	5.150	(3.077)	2.073
Patrimônio Líquido	91.532	3.077	94.609
Lucro Líquido	14.147	3.077	17.224
Total	310.996		310.996

3 Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.
Sua abrangência de aplicação e o impacto das alterações destes procedimentos e interpretações:
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.
CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.
CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações contábeis do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.
Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	224	1.556
Aplicações financeiras de liquidez imediata: Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.098	6.289
Fundos de investimento	3.663	22
Total	4.985	7.867

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber

	31/12/11	31/12/10
(Reapresentado)		
Títulos a receber	5.115	4.843
Títulos a receber - partes relacionadas	865	817
Comercialização de energia na CCEE	5.981	5.660
Total	5.981	5.666

A composição dos prazos de vencimento dos títulos a receber é como segue:
Setor Público
Setor Privado
Total

	31/12/11	31/12/10
(Reapresentado)		
Saldo	2.034	2.034
Vencimentos	3.947	3.947
Total	5.981	5.981

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	24	-
Sul América	Título de capitalização	set-12	TR	5	-
Total				29	-

(*) diversos vencimentos.
Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.
7 Tributos e Contribuições
• Impostos e contribuições a recuperar
Circulante
Imposto de Renda - IR
Contribuição Social - CSLL
Programa de Integração Social - PIS
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS
Total

	31/12/11	31/12/10
Imposto de Renda - IR	18	16
Contribuição Social - CSLL	4	5
Programa de Integração Social - PIS	7	9
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25	21
Total	54	46

	31/12/11	31/12/10
Imposto de Renda - IR	1.888	1.917
Contribuição Social - CSLL	649	196
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	4	4
Programa de Integração Social - PIS	68	29
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	314	132
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	21	21
Imposto sobre Serviços - ISS	23	21
Parcelamento de Tributos	32	-
Outros	-	28
Total	2.988	2.748

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	31/12/11	31/12/10
Ref.	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	17.088	17.088
Ajustes decorrentes do RTT	(3.077)	(3.077)
Juros sobre capital próprio	(4.373)	(4.373)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	15.792	15.792
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.948	1.421
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:		
(+) Adições	8	3
Subtotal adições (-) Exclusões	8	3
Efeito regime lucro presumido	(23)	(2.702)
Outras exclusões	(23)	(2.702)
Imposto de renda e contribuição social no período	3.933	1.424
Corrente	1.424	1.243
Diferido	2.509	181
Total	3.933	1.424

(a) Regime tributário de transição: A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculo para tributos federais.
A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.
A Companhia efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCO) em 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

8 Desativações em Curso

O valor de R\$ 7.514 registrado em desativações em curso, refere-se a um equipamento da usina do rio Doce, destinado à capital de giro, cuja condição contratada são as seguintes:
O equipamento está sofrendo manutenção pelo fabricante e deverá ser colocado novamente em produção até maio de 2012, com as mesmas características técnicas anteriores e conforme projeto original.

9 Fundos Vinculados

	31/12/11	31/12/10
(Reapresentado)		
Fundo de Investimento CDI - Conta-Reserva BNDES	8.777	8.702
Total	8.777	8.702

Referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Nota	31/12/11		31/12/10	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
RECEITA BRUTA	18	52.200	47.629		
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19	(5.255)	(2.219)		
RECEITA LÍQUIDA		46.945	45.410		
CUSTO DO SERVIÇO	20	(14.113)	(13.717)		
LUCRO BRUTO		32.832	31.693		
Despesas gerais e administrativas	20	(1.060)	(1.537)		
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		31.772	30.156		
Receita financeira	21	1.825	1.258		
Despesa financeira	22	(16.509)	(12.197)		



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

15 Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		32	41
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		8	188
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	415	11
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE		15	-
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		277	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		-	6
Total		747	246
Circulante		713	236
Não Circulante		34	10

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008 e 316/2008.

16 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	Valor por Ação ON
2011			
AGO/E de 27 de abril de 2011	Dividendos de 2010	5.482	0,0629146352
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	580	0,0066564907
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	1.583	0,0181676288
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	1.117	0,0128194829
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	1.093	0,0125440430
		9.855	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A". A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios e propostos é como segue:

	31/12/11	31/12/10
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	11.731	17.224
Ajuste de 2010, conforme nota explicativa 2.17	3.077	(3.077)
Lucro líquido do exercício ajustado	14.808	14.147
Absorção de prejuízo acumulado	-	(8.378)
Constituição da reserva legal	(741)	(288)
Base de cálculo do dividendo	14.067	5.481
Dividendos mínimos obrigatórios	3.517	1.370

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, é como segue:

	31/12/11	31/12/10
Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.370
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados		8.484
Pagos no período		(7.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.370	2.210

17 Patrimônio Líquido

Capital Social
O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R\$ 87.133 Mil, totalmente integralizando até a data do balanço.

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (Em Mil)		%
	Ações Ordinárias		
Neoenergia S.A.	87.133	100,00	
Total	87.133	100,00	

Acionistas	R\$ (Em Mil)		%
	Ações Ordinárias		
Neoenergia S.A.	87.133	100,00	
Total	87.133	100,00	

A empresa Neoenergia Investimentos S.A. possui 01 (uma) ação ordinária da Companhia.

18 Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
Fornecimento de energia	51.431	47.396
Câmara de Comercialização de Energia - CCCE	769	233
Total	52.200	47.629

19 Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
Impostos:		
PIS	(853)	(314)
COFINS	(3.932)	(1.447)
Encargos Setoriais:		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(470)	(458)
Total	(5.255)	(2.219)

20 Custos e Despesas Operacionais

	31/12/11		31/12/10	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	-	(313)	(313)	(563)
Administradores	-	-	-	(5)
Entidade de previdência privada	-	-	-	(20)
Material	(2)	(25)	(27)	(54)
Serviços de terceiros	(2.255)	(495)	(2.750)	(1.985)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSEE	(182)	-	(182)	(65)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(1.314)	-	(1.314)	(1.118)

	31/12/11		31/12/10	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(1.728)	-	(1.728)	(1.643)
Encargos de uso do sistema transmissão	(2.407)	-	(2.407)	(2.443)
Depreciação e amortização	(5.926)	(193)	(6.119)	(6.685)
Arendamentos e alugueis	(1)	(64)	(65)	(170)
Tributos	-	(1)	(1)	(52)
Outros	(298)	31	(267)	(451)
Total custos/despesas	(14.113)	(1.060)	(15.173)	(15.254)

21 Receita Financeira

	31/12/11	31/12/10
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	1.819	1.258
Outras receitas financeiras	6	-
Total	1.825	1.258

22 Despesa Financeira

	31/12/11	31/12/10
Despesa Financeira		
Encargos de dívida	(16.146)	(14.564)
Atualização monetária UBP	(259)	2.459
Outras despesas financeiras	(104)	(92)
Total	(16.509)	(12.197)

Em 2011 a Companhia realizou uma reavaliação na estimativa do cálculo do Uso do Bem-Público, que acarretou uma reversão da despesa financeira com atualização monetário do UBP no valor de R\$ 3.077.

23 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/11			31/12/10		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.	Juros sobre capital próprio	-	2.210	-	-	-	-
	Reembolso de despesa	-	-	-	6	-	-
		-	2.210	-	6	-	-
Coelba	Energia fornecida	396	-	3.311	379	-	3.114
		396	-	3.311	379	-	3.114
Celpe	Energia fornecida	295	-	2.314	274	-	2.176
		295	-	2.314	274	-	2.176
Cosern	Energia fornecida	174	-	1.325	164	-	1.246
		174	-	1.325	164	-	1.246
Itapebi	Reembolso de despesa	-	1.932	-	1.932	-	-
		-	1.932	-	1.932	-	-
NC Energia	Energia comprada	-	-	-	-	-	(998)
	Energia fornecida	-	-	1.128	-	-	-
		-	-	1.128	-	-	(998)
Neoenergia Serviços	Prestação de serviço	-	-	(58)	-	-	-
		-	-	(58)	-	-	-
Baguari I	Uso da rede	-	1	(4)	-	-	-
		-	1	(4)	-	-	-
Bahia PCH I	Reembolso de despesa	3	-	-	2	-	-
		3	-	-	2	-	-
Afluenta Transmissão	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(6)
		-	-	-	-	-	(6)

24 Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantém contratos derivativos.

Considerações gerais:
Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
• Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
• Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
• Contas a receber de clientes e Concessão de serviços públicos - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
• Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
• Empréstimos, financiamentos e debêntures:
O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custo subsidiado atrelado à TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são como segue:

Ativo	Ativos (Passivos)			
	31/12/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	4.985	4.985	7.867	7.867
Títulos e valores mobiliários	229	229	-	-
Contas a receber de clientes e outros	5.981	5.981	5.666	5.666
Fundos vinculados	8.777	8.777	8.702	8.702
Passivo				
Fornecedores	(514)	(514)	(410)	(410)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(195.646)	(195.646)	(209.062)	(209.062)

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

31/12/11	Aumento/Redução em Pontos-Base		Efeitos	
	No Resultado	No Patrimônio Líquido	No Resultado	No Patrimônio Líquido
31/12/11				
Ativos Financeiros				
CDI	(83)	(68)	(68)	(68)
31/12/10				
Ativos Financeiros				
CDI	99	66	66	66

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais
- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

25 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual, conforme mencionado anteriormente, foi determinada unicamente pela Administração da Companhia.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais - R\$):

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Operacionais - Subestações e Usinas	19/08/2011 a 19/08/2012	451.973.983	465.153
Responsabilidade Civil Geral - Operações	19/08/2011 a 19/08/2012	15.000.000	51.061

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:
Riscos operacionais - subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.
Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 15.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Baguari I Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva Presidente Titulares	Mario José Ruiz-Tagle Larrain Vice-Presidente Suplentes
Jose Maurício Pereira Coelho Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa	Jorge Luiz Pacheco Eduardo Capelastegui Saiz André Luis Dantas Furtado Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider - Diretor-Presidente	Paulo Roberto Dutra
Erik da Costa Breyer Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Planejamento e Controle
Solange Maria Pinto Ribeiro Diretora de Regulação	Lady Batista de Moraes Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG-068369/O-0-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Consorciados, Conselheiros e Diretores da

Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão

livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião